



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

EDINÉIA RODRIGUES

**FAMÍLIA E ESCOLA:
EM BUSCA DE AUXÍLIO MÚTUO**

LONDRINA
2009

EDINÉIA RODRIGUES

**FAMÍLIA E ESCOLA:
EM BUSCA DE AUXÍLIO MÚTUO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Pedagogia da Universidade
Estadual de Londrina.

Orientador(a): Prof. Sandra Regina Mantovani
Leite

LONDRINA
2009

EDINÉIA RODRIGUES

**FAMÍLIA E ESCOLA:
EM BUSCA DE AUXÍLIO MÚTUO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Sandra Regina Mantovani Leite
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Anilde Tombolato Tavares da Silva
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Beatriz Carmo Lima de Aguiar
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTO (S)

Agradeço primeiramente a Deus, cujo amor, bondade e ternas misericórdias sem dúvida me abençoam.

À minha mãe que auxiliou muito nestes anos, à minha família pela compreensão e à minha orientadora cuja orientação e instruções tornaram o processo de escrever realizável.

RODRIGUES, Edinéia. **Família e escola**: em busca de auxílio mútuo. 2009. 39 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

As funções da família e da escola e a relação estabelecida entre elas fazem parte das reflexões apresentadas neste trabalho, assim como identificar as diversas instâncias de participação dos pais na escola. Portanto, foi necessário rastreamento bibliográfico sobre os estudos que abordam esta temática, para que pudessemos compreender a relação entre a instituição familiar e a instituição escolar, como também demonstrar a sua importância para o desenvolvimento das crianças. Assim, sendo entendendo a família como uma das primeiras instituições sociais que desenvolve a tarefa educativa, procuramos compreender as mudanças que a mesma sofreu ao longo dos séculos para afirmarmos que não deve-se eximir de sua função. A escola tendo sua ação educativa intencional, contribui com a família quando valoriza as experiências dos alunos proporcionando um desenvolvimento físico, emocional, social e cultural equilibrado. A boa relação entre a família e a escola favorece melhorias tanto na educação escolar quanto na educação dos filhos.

Palavras-chave: Família. Escola. Educação. Participação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 – FAMÍLIA.....	8
CAPÍTULO 2 – ESCOLA	18
CAPÍTULO 3 – A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS.....	38

INTRODUÇÃO

O tema deste Trabalho de Conclusão de Curso partiu da participação numa disciplina especial do qual fiz parte intitulada: Família, criança e escola. Através das discussões realizadas nesta disciplina, que me fez refletir sobre a minha relação com os filhos, além de compreender que a sociedade atual está cada vez mais ameaçando à família, enfocando a desestruturação familiar através de todos os meios de comunicação de massa, como também através das atitudes das pessoas socialmente. Como consequência disso, acaba por afetar o desenvolvimento das crianças e adolescentes em todas as áreas de sua vida.

Com esta reflexão propus a estudar mais a fundo esta temática e tentar compreender as funções da família, da escola e qual é a relação estabelecida entre ambas. Para nortear este trabalho a seguinte questão foi levantada: a família tem encontrado espaço dentro da escola para que possa compartilhar e buscar conhecimentos que auxiliem na educação de seus filhos?

A importância de se estudar este assunto se encontra na função das duas instituições, pois tanto a família quanto a escola são duas instituições fundamentais para o desenvolvimento e aprendizagem humana. A instituição familiar tendo como um dos papéis principais a socialização, através da transmissão de valores, de cultura e a instituição escolar contribuindo especificamente na aquisição do saber culturalmente elaborado e favorecendo a construção de novos saberes através da prática educativa.

Com este trabalho se pretende propor uma reflexão sobre os papéis desenvolvidos tanto da escola quanto da família, a contribuição da escola para com as famílias no sentido de promover um espaço aberto de diálogo e o estímulo a participação ativa de todos os envolvidos no processo de aprendizagem.

Para se atingir os objetivos propostos foram realizadas pesquisas bibliográficas numa abordagem qualitativa que permite uma melhor compreensão do fenômeno social e busca visualizar o contexto.

No primeiro capítulo abordamos o assunto, Família, fazendo um breve levantamento histórico com o foco nas mudanças que ocorreram no decorrer dos séculos no interior da mesma; no segundo capítulo o assunto é Escola, partimos

para a busca de compreender a concepção de educação, principalmente a educação escolar, qual a importância da escola e sua função social, e no terceiro capítulo abordamos: A participação da família na escola. Neste capítulo buscamos refletir sobre a relação estabelecida entre família e escola, seus papéis, a importância da participação da família na escola, instâncias de participação, momentos para participar como a Escola de pais, APMF e as reuniões bimestrais.

CAPÍTULO 1 – FAMÍLIA

A família é uma das primeiras instituições sociais que desenvolve a tarefa educativa, e o primeiro ambiente no qual a criança aprende as condições básicas de sobrevivência; sendo mediadora entre o homem e a cultura, e que “constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social” (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22). Nesse sentido, por ser a educação o objeto de estudo da Pedagogia, a família não poderia deixar de ser investigada, pois tem passado por muitas transformações ao longo dos séculos.

O que se pretende neste capítulo é apresentar as mudanças que a instituição familiar vem sofrendo no decorrer dos séculos, compreendendo as formas que as pessoas desenvolveram para conviver em família, fugindo do modelo convencional, mas que mesmo assim buscam meios de continuar dando apoio e cuidados, numa relação afetiva e duradoura.

Portanto, Prado (1982, p. 12), afirma que “a família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da história e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja sendo observado”; Reis (2001) reafirma essa idéia, ressaltando que a instituição familiar não pode ser entendida fora do âmbito social e histórico que a envolve, pois esta muda também no mesmo sentido em que modifica as estruturas sociais.

Segundo Reis (2001), em determinados momentos da história a família se apresenta diferentemente, conforme o contexto em que viveram. Os modelos que o autor apresenta são baseados nos conceitos desenvolvidos por Pôster (1979), e são: família aristocrática e a camponesa (séculos XVI e XVII), a família proletária e a burguesa (século XIX).

A aristocracia tinha sua riqueza assentada nos favores do monarca e no controle da terra – que era patrimônio a ser conservado e não investido. Sua unidade de habitação era o castelo, que abrigava, além da família, parentes, dependentes, criados e clientes. A linhagem era determinante das relações de parentesco e sua preservação era antes de tudo um ato político, do qual dependia a manutenção das propriedades familiares (REIS, 2001, p.106).

A família aristocrata segundo Reis (2001), por ter sua habitação em um castelo, não valorizava a privacidade, as mães não eram responsáveis pela criação dos filhos, sendo este o trabalho das amas de leite ou dos criados, as crianças eram “educadas por vários habitantes do castelo e muitas vezes podiam ser enviadas a outras casas nobres para complementar sua educação” (REIS, 2001, p. 106); havia também entre os membros da casa uma hierarquia rígida e tradicional. A guerra era um trabalho masculino e a organização da vida social do castelo era função da mulher. “a família aristocrata não atribuía valor algum à privacidade, domesticidade, cuidados maternos ou relações íntimas entre pais e filhos. (REIS, 2001, p. 107)”.

A família camponesa vivia em aldeias em que todos eram dependentes,

[...] A aldeia regulava a vida cotidiana através dos costumes e da tradição: os casamentos, assim como os enterros, davam origem a rituais que envolviam a aldeia toda, ou pelo menos grande parte dela [...]; A família não era o espaço privado ou privilegiado e os laços emocionais se estendiam para fora dela. As crianças aprendiam a depender principalmente da comunidade e não dos pais; desde pequenos participavam de toda rotina da vida da aldeia. Já na infância aprendiam a obedecer às normas sociais, inclusive, com bastante freqüência, à custa de punições físicas [...] (REIS, 2001, p.107).

Segundo Prado (1982),

No início da humanidade o comunismo primitivo – sinônimo de ausência da propriedade privada – constituía um estado social no qual inúmeros casais coexistiam com seus filhos no seio de um lar “comunitário”. Esse lar, cuja direção era garantida pelas mulheres, constituía também uma atividade pública de produção, socialmente necessária (em consequência das atividades exercidas pelas mulheres: tecelagem, cerâmica, etc.), assim como o abastecimento de víveres buscados pelos homens com a caça e a pesca (PRADO, 1982, p. 58).

Não se dava a devida atenção às crianças, ela não ocupava o centro da vida conjugal, havia pouca preocupação com seus hábitos higiênicos. Outros adultos passavam a ser referência na vida das crianças e não somente os pais. A criação dos filhos era função da mãe, mas não havia envolvimento emocional, principalmente na amamentação; outras mulheres auxiliavam no cuidado e ensino das crianças, a preocupação com a higiene era pouca; assim como na família aristocrata, a família camponesa não valorizava a privacidade e as crianças passavam um período em casa de outra família para aprendizagem. Esta configuração de família tanto aristocrática quanto camponesa em que os filhos são cuidados por outras pessoas, segundo Engels (2000) é consequência da prática poligâmica dos homens e das mulheres a poliandria, no qual os filhos são considerados comuns.

Foi no período inicial da industrialização (início do século XIX) que se constitui tanto a família burguesa quanto a família proletária. Os séculos XVIII e XIX segundo Meksenas (1992) são os séculos de mudanças radicais socialmente falando, no qual a Revolução Industrial foi determinante, dando origem ao capitalismo.

As mudanças que ocorreram do mundo agrário para o mundo urbano-industrial se deram aos poucos, segundo Meksenas (1992, p. 43), “foram precisos no mínimo três séculos para que se completasse”.

Em primeiro lugar, foi uma revolução econômica, pois a organização do trabalho se alterou profundamente: da sociedade estratificada em apenas dois grandes estamentos, surgiu um novo grupo social muito importante, a camada dos comerciantes e artesãos livres [...]. Dos artesãos e comerciantes mais poderosos, surgem aqueles que passam a investir grandes somas de riqueza em manufaturas. Essas manufaturas, na verdade, eram as primeiras indústrias, ainda primitivas, mas que se já caracterizavam pela divisão interna de funções, o trabalho parcelado em inúmeras atividades a partir da introdução de novas e melhores máquinas e técnicas [...]. (MEKSENAS, 1992, p. 44).

O produto inteiro não é mais elaborado por um só trabalhador e sim por vários trabalhadores. A divisão social do trabalho, o trabalho alienado se inicia neste período. Com esse modo de produção se desenvolve outras técnicas, novas

invenções, aumento das atividades, originando a indústria moderna. Tanto a urbanização quanto o aparecimento de classes sociais é fruto deste processo. A revolução política também faz parte dessas mudanças.

[...] a antiga nobreza feudal perdeu o domínio para a classe burguesa, economicamente mais forte. Enquanto no feudalismo persistiu uma política que representava os interesses dos senhores feudais e do clero, serão agora os empresários que passarão a organizar a política e, a partir daí, nasce o Estado moderno, isto é, nascem as formas de governo eleitas pelo voto e regidas por uma Constituição [...]. (MEKSENAS, 1992, p. 44).

A democracia burguesa nasce através dessas novas dimensões da política burguesa, delegando aparentemente ao Estado a organização democrática da sociedade “acima dos interesses de classe”. Outra característica deste período de mudança foi “uma revolução ideológica e científica, pois a visão de mundo sob o capitalismo se alterou: a idéia de progresso se propaga, como também a idéia de enriquecimento. A vida, dinâmica e competitiva, faz nascer o sentimento de individualismo.” (MEKSENAS, 1992, p. 44).

A família burguesa, nascida na Europa em meados do século XVIII, rompeu com os modelos familiares vigentes e criou novos padrões de relações familiares. Esses novos padrões, que correspondiam às necessidades da nova classe dominante, já estavam nitidamente estabelecidos no início do século XIX. Eles se caracterizavam antes de tudo pelo fechamento da família em si mesma. Esse isolamento marcou uma clara separação entre a residência e o local de trabalho, ou seja, entre a vida pública e a privada. Para o burguês, o trabalho era o espaço no qual as relações deveriam ser regidas pela frieza e pelo calculismo, qualidades imprescindíveis para vencer no mundo dos negócios. Sendo o mundo dos negócios o império da razão, o lar passou a ser o espaço exclusivo da vida emocional, no qual a mulher passaria sua vida em reclusão. (REIS, 2001, p. 109-110).

Pode-se notar que o modelo da família burguesa inicia uma nova função em seu interior, ou seja, um provedor - o homem e uma cuidadora e responsável pela vida emocional, e educação dos filhos – a mulher.

Para Prado (1982, p. 58),

Foi com a família patriarcal (ou individual, composta em torno de um só indivíduo), contemporânea do desenvolvimento da propriedade privada, que a chefia do lar perdeu seu caráter público e se transformou em prestação, pela mulher, de serviços privados para um homem.

A família ao se fechar em si mesma traz novas configurações. As mulheres passam a subordinar-se aos homens; o homem passa a ser a autoridade maior sobre a família, designado de “patriarca”; os contratos matrimoniais eram freqüentes para atender aos interesses comuns de determinada camada social. “A tradição e os costumes impunham ao indivíduo dedicação à sua família e ao clã” (PRADO, 1982, p. 67).

A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – as de um homem – e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos deste homem, excluídos os filhos de qualquer outro. Para isso era necessária a monogamia da mulher, mas não do homem; tanto assim que a monogamia daquela não constitui o menor empecilho à poligamia, oculta ou descarada, deste. (ENGELS, 2000, p. 82)

Na classe dominante nos dias atuais ainda “é o patriarca quem detém o controle dos meios de produção, do patrimônio e da renda familiar e sua autoridade é predominante e na maioria das vezes, indiscutível. No entanto, em todas as classes, segue-se, ainda que de modo relativo, os padrões patriarcais da família de classe alta.” (PRADO, 1982, p. 77-78).

Uma família é não só um tecido fundamental de relações, mas também um conjunto de papéis socialmente definidos. A organização da vida familiar depende do que a sociedade através de seus usos e costumes espera de um pai, de uma mãe, dos filhos, de todos seus membros, enfim. Nem sempre, porém, a opinião geral é unânime, o que resulta em formas diversas de família além do modelo social preconizado e valorizado. (PRADO, 1982, p. 23)

O proletariado é a classe trabalhadora, pessoas que não possuíam propriedades, que sobreviviam através da troca de sua força de trabalho por um salário no qual todos os membros da família trabalhavam; inclusive as crianças em idade de dez anos aproximadamente. Sendo estes trabalhadores advindos do campo, procurou-se conservar vários costumes camponeses.

[...] a vida da família proletária foi caracterizada por formas comunitárias de dependência e apoio mútuo. Os filhos eram criados de maneira informal, sem que fosse objeto de especial atenção e fiscalização por parte dos pais, que não tinham tempo para se dedicar aos filhos. O treinamento dos hábitos higiênicos não causava preocupação (REIS, 2001, p.108).

Na segunda metade do século XIX, a família proletária passa por uma melhoria nas condições de vida, aproximando aos padrões burgueses, com isso a mulher ficava mais tempo com os filhos em casa, e mesmo assim desenvolvia um senso comunitário com outras mulheres. Já no século XX,

[...] com a mudança da família operária para os subúrbios; romperam-se os vínculos com a comunidade. A mulher, afastada das redes femininas típicas da fase anterior, ficou isolada no lar e o homem passou a valorizar a domesticidade e a privacidade. Ao mesmo tempo, a educação e o futuro dos filhos passaram a ser prioridade da família. Essas transformações foram acompanhadas de um reforço da autoridade paterna e de um incremento do conservadorismo por parte de toda a família proletária [...] (REIS, 2001, p. 109).

As relações internas da família proletária, um século depois de seu surgimento, eram iguais as da família burguesa, ocorrendo assim um “aburguesamento ideológico” na vida familiar.

Uma diferenciação entre as crianças burguesas das crianças camponesas e proletárias é a convivência entre outras pessoas. As crianças - filhos de proletários - conviviam muito com outros adultos, nas ruas, com vizinhos ou até mesmo livres pelas ruas dos bairros, pelo fato de que os pais passavam a maioria do tempo nas fábricas. A criança burguesa não tinha contato com outras pessoas da sociedade antes de entrar na escola, seu convívio era somente com os membros de sua família. A educação da criança burguesa era totalmente da mãe, pois ela era a responsável pela vida doméstica e passou a ser valorizada pela responsabilidade na educação dos filhos, mas poderia ser culpada também se houvesse qualquer fracasso seja na educação ou na saúde dos filhos; deveria ser a mãe perfeita e desenvolver filhos perfeitos também; a família era lugar de afeto, mas um afeto condicionado ao comportamento da criança. Ela deveria aprender a controlar seu próprio corpo, renunciar o prazer corporal em troca do afeto dos pais.

Quando a família burguesa leva suas funções às últimas conseqüências, ensinando a submissão desde o início da vida, faz com que essa estrutura relacional se transfira para outros papéis sociais, que terão no papel de filho o seu molde. Ao formar o indivíduo obediente e autodisciplinado, com iniciativa apenas para bater-se pelos ideais da ascensão social e econômica, a família está preparando o cidadão passivo, acrítico, conservados, sem espontaneidade e incapaz de criar, repetidor de fórmulas veiculadas pela ideologia dominante, pronto a seguir e obedecer quem se apresenta revestido de autoridade em defesa da ordem estabelecida. (REIS, 2001, p. 116-117).

As crianças segundo Prado (1982), por muito tempo eram tidas como propriedade exclusiva do pai, e este sentia-se no direito de vendê-la, escravizá-la. Os padrões criados pela família burguesa colaboraram para os avanços da sociedade da época. Novos padrões de higiene, reduzindo assim a mortalidade infantil; o aleitamento materno passou a ser valorizado; os hábitos alimentares; novos padrões para a sexualidade. Os padrões familiares burgueses ainda hoje predominam em nossa sociedade, mas com algumas modificações e adaptações.

Por ser uma instituição social, a família tem várias funções e algumas delas são compartilhadas com outras instituições como as educacionais no qual é responsável também pela socialização da criança; a saúde é outro fator importante entre os membros da família e é “complementada pelas instituições de saúde pública, além da atuação da família que é solicitada a cumprir regras de higiene, de cuidados no tratamento etc.” (PRADO, 1982, p. 36).

Segundo Prado (1982) há algumas funções que são prioritárias e exclusivas da família como:

- A reprodução – é um fenômeno natural, biofisiológico, está presente em todos os seres vivos. Entre os humanos, os núcleos familiares fazem parte de todo um ciclo de vida. A paternidade é “quase uma condição de sobrevivência e inserção do recém-nascido em seu meio, no caso das sociedades patriarcais.” (PRADO, 1982, p. 38).
- Identificação Social – a “filiação” é um elemento importante para a

inserção social, através da filiação é que possibilita a realização de documentos civis e que determina o grupo familiar, segundo os sociólogos.

- Socialização – é na família que a criança aprende sobre hábitos, costumes, valores, recebe estímulos para ocupar seu lugar na sociedade, selecionar suas relações. “A socialização realiza em sua esfera as necessidades e projetos da sociedade, e realiza, em cada um de seus membros, grande parte daquilo que eles precisam para serem reconhecidos como “seus” e para existirem dentro dela” (BRANDÃO, 1981, p. 23). No entanto, ocorre no meio familiar uma forma de segregação entre os membros que a compõe no qual o pai prepara o filho para se tornar igual a si mesmo, ou seja, seguir a mesma profissão, por exemplo; a educação da menina é para o casamento, e este casamento muitas vezes entre os indivíduos da mesma classe social, afirmando sua condição social. Estas práticas acabam por reforçar a discriminação entre homens e mulheres e entre grupos sociais.
- Econômica – é o acesso dos membros familiares no mundo do trabalho. A tempos atrás quem sustentava a família era somente o pai, a função da esposa se restringia aos afazeres domésticos e da educação dos filhos, mas o que temos visto nos tempos de hoje é a inserção cada vez maior da mulher no mundo do trabalho para complementar a renda da família; com isso acaba acarretando mais uma função pois não deixou de fazer suas atividades domésticas.

A existência de diferentes tipos de famílias na realidade do Brasil mostra que as funções dos membros têm sido modificadas em consequência da necessidade do trabalho para sua subsistência, o que se pretende dizer é que o compromisso econômico de responsabilidade do homem, a estrutura emocional desenvolvida pela mulher no ambiente familiar é uma expectativa comum de todas as famílias, mas isso tem mudado.

Segundo Prado (1982) algumas vivem em comunidades, no qual a educação é coletiva, um grupo social auto-suficiente, de caráter político e ideológico, numa tentativa revolucionária de recusa aos sistemas sócio-econômicos e morais em vigência, assim como às formas de produção e ao consumo. Os “hippies” são um exemplo assim como o MST (Movimento Sem Terra).

Uma outra forma de família gera-se em torno de um casamento “participativo” no qual marido e mulher compartilham das mesmas tarefas tanto domésticas quanto tarefas externas também; é uma realidade difícil de realizar num todo, mas é possível em algumas famílias, tudo depende da concepção de cada membro da família.

O casamento “experimental”, uma união sem compromisso legal, é um fenômeno que está crescendo em nossa realidade, legalizado somente após o nascimento de um filho, constituindo assim uma família nuclear.

A “união livre” é outra forma de família, semelhante ao casamento “experimental” em alguns aspectos; nega-se a formalização religiosa e legalização civil mesmo com a presença de filhos. A união fica restrita à duração de um afeto e interesse real e vivo, entre o casal. Ambos possivelmente estariam preparados, ao menos materialmente, para terminar a relação que se tornou insatisfatória no decorrer do tempo.

A família homossexual, um outro tipo de família vem se tornando possível. Duas pessoas do mesmo sexo vivendo juntas e que adotam filhos, ou fazem inseminação artificial no caso de duas mulheres viverem juntas. Segundo Reis “a família é o espaço social onde gerações se defrontam mútua e diretamente, e onde os dois sexos definem suas diferenças e relações de poder” (REIS, 2001, p. 104).

Nascimento (2006), ao tratar sobre a família na contemporaneidade, ressalta que a chefia da casa hoje em dia pode ser desempenhada tanto por homens quanto por mulheres, quebrando com o modelo patriarcal que predominava há pouco tempo atrás. Sabe-se que atualmente como em épocas remotas há diversas vivências familiares alternativas.

Atualmente as famílias são formadas por diversas estruturas: por exemplo, há mães solteiras com seus filhos; pais com filhos adotivos; famílias formadas por casais que já tiveram outros casamentos com filhos e decidiram ter outros filhos dessa união; temos ainda famílias

formadas por um casal e um “animal de estimação”... e, também, se questiona se podemos considerar família o solteiro adulto que vive sozinho. (NASCIMENTO, 2006, p. 11)

Para Nascimento (2006) através do Censo pode-se observar como a família brasileira foi se modificando no decorrer dos anos; o Censo auxilia no entendimento destas mudanças, o caminho no qual a família percorreu e também a própria evolução da população.

Em 2000 os lares ocupados por uma pessoa sozinha aumentaram 64%. Os divórcios triplicaram. O número de casamentos legais diminuiu 12%. O número de mulheres que criam seus filhos sozinhos cresceu 53%. Muitas famílias brasileiras já não seguem o modelo tradicional de pai, mãe e filhos de um único casamento. 19,4% das famílias organizam-se de formas nas quais no mínimo um dos pais está ausente. Um em cada quatro domicílios tem três gerações morando juntas. Enquanto o número de casais em união civil e religiosa, entre 1980 e 2000, teve um decréscimo, passando de 63,9% em 1980, para 58,3% em 1991 e para 49,4% em 2000, o número de uniões consensuais, no mesmo período aumentou consideravelmente, passando de 11,7% em 1980, para 18,5% em 1991 e para 28,6% em 2000. Por outro lado, nos quatro últimos anos censitários o número de pessoas morando sozinhas apresentou aumento em todos os anos: 4,9% (1970), 5,8% (1980), 6,5% (1991) e 8,6% (2000). (NASCIMENTO, 2006, p. 14)

Estas estatísticas mostram que o conceito de família tem mudado na prática, crescendo novos arranjos familiares, mesmo que o modelo nuclear ainda seja a maioria. A chefia da família pode ser identificada tanto por homens que por mulheres e esta mesmo com a presença do cônjuge.

Tendo conhecimento das estruturas familiares existentes hoje, é importante reafirmar a função da família que é a de educar os filhos e isto não deve ser transferido para outras instâncias da sociedade. A complementação da educação ocorre em outros segmentos da sociedade, mas o primeiro contato da criança é no seio familiar, sendo a família um importante ponto de referência para sua caminhada.

CAPITULO 2 – ESCOLA

Neste segundo capítulo pretende-se abordar a concepção de educação, principalmente a educação escolar; a importância da instituição escolar e sua função social. Contudo é necessário fazer um breve resgate histórico das finalidades da educação chegando ao que se configura atualmente. Também objetiva pontuar as modalidades educativas presentes na sociedade contemporânea para a compreensão das interligações existentes no meio político, econômico e social, que permeiam a educação durante todo seu processo histórico e quais os desafios da educação para a contemporaneidade.

No decorrer dos séculos o pensamento sobre a educação passa a refletir não só sobre a formação do homem, mas também sobre a escolarização. A educação na Idade Média, segundo Aranha (1996), era vista como instrumento da Igreja, para a preservação dos textos sagrados, conversão dos infiéis, enfim, a salvação da alma e a vida eterna. Com predomínio de uma visão teocêntrica e a finalidade da formação do cristão.

Entre os séculos XV e XVI aconteceu um movimento chamado de humanismo. O Humanismo pode ser entendido como a busca por uma nova imagem do homem e da cultura, a superação do teocentrismo sendo enfatizados os valores antropocêntricos, humanos, terrenos. No contexto social e político há uma ascensão da burguesia e esta anseia por “educar os filhos encaminhando para a escola, na esperança de melhor prepará-los para a liderança e a administração da política e dos negócios” (ARANHA, 1996, p. 90), sendo que os reformadores protestantes defendem a educação para todos com interesses religiosos implicados.

A Idade Moderna (século XVII) é caracterizada como o século do método. Tem-se uma tendência de buscar métodos diferentes a fim de tornar a educação mais deleitosa e ativa para a vida prática privilegiando a experiência; a escola está em processo de institucionalização pelo fato da transição dos padrões conservadores no ensino para uma formação mais realista como propõe alguns pensadores.

O século das Luzes como é chamado o século XVIII, foi um período em que valorizava o poder da razão humana de interpretar e reorganizar o mundo. O

ideal de educação expresso por Rosseau é o homem integral educado para si mesmo, ressalta a especificidade da criança e não mais vista como um adulto em miniatura. Kant também traz sua contribuição neste período numa perspectiva do conhecimento humano ser a síntese dos conteúdos particulares dados pela experiência e da estrutura universal da razão.

No século XIX, acontece uma crescente urbanização por decorrência do capitalismo industrial e isto cria uma expectativa forte a respeito da educação pelo fato da necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho; o Estado intensifica sua intervenção na área da educação, assumindo a incumbência da escolarização, o estabelecimento da escola elementar universal, leiga, gratuita e obrigatória.

O século XX é um período de intensas transformações no campo, na cidade e na mentalidade. Neste século reafirmam “a necessidade da escola pública, leiga, gratuita e obrigatória. Esta exigência se torna mais premente devido ao crescimento das indústrias e à explosão demográfica” (ARANHA, 1996, p. 163).

As evoluções tecnológicas começam a se fazer presente nas escolas, apesar da resistência de alguns conservadores. A partir da segunda metade do século,

Os recursos audiovisuais estão disponíveis para o uso em sala de aula: retroprojetores, filmes, discos, fitas, videocassetes, gravadores, televisão, laboratórios de línguas. [...] O computador tem entrado nos mais diversos campos do mundo contemporâneo, e certamente na era da informática a escola não têm como permanecer artesanal nem ficar à parte, reclusa, em plena época de globalização da informação. (ARANHA, 1996, p. 165)

Mas a utilização destes recursos não é regular, em grande parte das escolas, por diversos fatores, incluindo a falta de preparação dos professores ou a resistência destes às inovações, portanto em muitos lugares especialmente nas comunidades do Norte e Nordeste do país existem analfabetos tecnológicos.

Na tentativa de superar o intelectualismo da escola tradicional, o movimento da escola nova se volta para as atividades centradas nos alunos, na iniciativa, no desenvolvimento das mais diversas habilidades e também “para a compreensão da natureza psicológica da criança, o que orienta a busca de métodos para estimular o interesse sem cercear a espontaneidade.” (ARANHA, 1996, p.172).

Este movimento também sofreu muitas críticas, mas as contribuições foram grandes principalmente na discussão dos métodos pedagógicos e seu aprimoramento e, segundo Aranha (1996, p. 174) “É preciso reconhecer que os estudos de psicologia, de medicina neurológica, de biologia, realizados pelos escolanovistas muito auxiliaram na introdução de projetos didáticos sustentados em base mais rigorosa e científica”.

Os contrutivistas pretendem superar a dicotomia do conhecimento humano que desde a Idade Moderna perdura, buscando explicar que o conhecimento humano resulta de uma construção contínua e se forma pela interação entre o objeto e o sujeito, homem e o mundo (ARANHA, 1996).

A contribuição de Piaget para a pedagogia tem sido, até hoje, inestimável, sobretudo devido às indicações sobre o estágio adequado para serem ensinados determinados conteúdos às crianças, sem desrespeitar suas reais possibilidades mentais, ou seja, de acordo com seu desenvolvimento intelectual e afetivo. (ARANHA, 1996, p. 185)

Vigotsky contribui, através de seus conceitos, no trabalho do educador propondo que o mesmo estimule o trabalho coletivo, pois o conhecimento abstrato do mundo,

[...] começa com as interações sociais cotidianas, desde as atividades práticas da criança até alcançar a formulação dos conceitos. Portanto a relação entre o sujeito que conhece e o mundo conhecido não é direta, mas se faz por mediação dos sistemas simbólicos. (ARANHA, 1996, p.186).

E ainda,

Mesmo antes de se iniciar o ensino formal, a criança já construiu interpretações, elaborações internas, que não dependem da interferência do adulto e não devem ser entendidas como confusões perceptivas. As garatujas nunca são simples rabiscos sem nexos, por isso cabe ao professor observar o que o aluno já sabe, ou seja, estar atento para a maneira pela qual ele interpreta os sinais ao seu redor e não para aquilo que a escola pensa que ele deve saber. (ARANHA, 1996, p. 185).

As vantagens das teorias construtivistas sobre as concepções simplistas ou mecânicas do comportamento humano são muitas, através da teoria construtivista na concepção de uma inteligência plástica, dinâmica inseparada da afetividade está correspondendo melhor com o tipo de aprendizagem que se exige hoje, isso por que,

[...] diante da rapidez das mudanças tecnológicas, a automação tende a erradicar o trabalho estritamente manual, exigindo cada vez mais do trabalhador um comportamento baseado nas atividades intelectuais que pedem iniciativa, criatividade, o que torna obsoleta toda educação centrada na pura transmissão de conteúdos e na memorização. (ARANHA,1996, p. 186).

O modelo tradicional de educação mostra-se retrógrado; a maneira de pensar, sentir e agir do homem atual exige mudanças intensas nas formas de educar. Exige outro estilo de vida. Os avanços tecnológicos e a globalização fazem com que o homem contemporâneo tenha que se adaptar rapidamente a essas mudanças.

Diante disso os desafios da educação na contemporaneidade estão em incorporar as novas tecnologias e, além disso, promover uma leitura crítica de tudo que se vê e ouve através dos meios de comunicação tanto mídia televisiva quanto pela internet. A educação permanente é um dos meios para que nesta sociedade informatizada o indivíduo consiga manter-se atualizado, pois podem surgir profissões novas, enquanto outras passam a ser excluídas. Para Aranha (1996) a alta tecnologia exige especialização, mas isto não impede que a formação do homem seja de uma visão ampla, pois,

A abordagem holística do conhecimento supõe superação das disciplinas fragmentadas, por meio da exigência de uma complementaridade entre as áreas do saber. Essa tendência à interpenetração tem sido sentida inclusive nas novas ciências, que rompem com as tênues fronteiras do conhecimento (a físico química, a mecatrônica, a medicina nuclear) e se mantêm na necessidade contínua de complementação. (ARANHA, 1996, p. 240).

Portanto, no ensino também se faz necessário que prevaleça a busca por novas metodologias pedagógicas para que o conteúdo seja visto de forma interdisciplinar e não fragmentada, ou seja, o conhecimento em sua totalidade e não

em partes, pois o que está em vista é a formação integral do sujeito e essa formação deve levar em consideração o contexto social em que vive, utilizando-se de uma educação sem discriminação étnica, cultural ou de gênero.

Neste sentido, Libâneo (1998) aborda a questão da educação intencional que surgiu no desenvolvimento histórico da sociedade,

[...] como consequência da complexificação da vida social e cultural, da modernização das instituições, do processo técnico científico, da necessidade de cada vez maior número de pessoas participarem das decisões que envolvem a coletividade. A sociedade moderna tem uma necessidade inelutável de processos educacionais intencionais, implicando objetivos sóciopolíticos explícitos, conteúdos, métodos, lugares e condições específicas de educação, precisamente para possibilitar aos indivíduos a participação consciente, ativa, crítica na vida social global. (LIBÂNEO, 1998, p. 80)

Para o autor é importante e relevante a reflexão, por parte dos educadores sobre as diversas modalidades educativas que estão presentes na sociedade,

[...] a educação abrange o conjunto das influências do meio natural e social que afetam o desenvolvimento do homem na sua relação ativa com o meio social. Os fatores naturais como o clima, a paisagem, os fatos físicos e biológicos, sem dúvidas exercem uma ação educativa. Do mesmo modo, o ambiente social, político e cultural implicam sempre mais processos educativos, quanto mais a sociedade se desenvolve. Os valores, os costumes, as idéias, a religião, a organização social, as leis, o sistema de governo, os movimentos sociais, as práticas de criação de filhos, os meios de comunicação social são forças que operam e condicionam a prática educativa. Apesar desse grande poder dessas influências, boa parte delas ocorrem de modo não intencional, não sistemático, não planejado. Elas atuam efetivamente na formação da personalidade, porém, de modo disperso, difuso, com caráter informal, não se constituindo em atos conscientemente intencionais. (LIBÂNEO, 1998, p. 79)

O autor classifica em duas modalidades: a não intencional chamada também de educação informal; e a educação intencional desdobrada em educação não formal e formal, reforça que através desses fatores e influências da educação não intencional dá-se o processo de socialização e se fazem presentes em qualquer lugar no qual ocorram ações educativas intencionais, ou seja, elas se articulam.

Libâneo (1998) ressalta que a educação intencional está dividida em: não formal e formal.

Formal refere-se a tudo o que implica uma forma, isto é, algo inteligível, estruturado, o modo como algo se configura. Educação formal seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente formal (LIBÂNEO, 1998, p. 81).

Já a educação não formal se trata de atividades educativas

[...] com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas. Tal é o caso dos movimentos sociais organizados na cidade e no campo, os trabalhos comunitários, atividades de animação cultural, os meios de comunicação social, os equipamentos urbanos culturais e de lazer (museus, cinemas, praças, áreas de recreação) etc. (LIBÂNEO, 1998, p. 81-82).

O não pré-estabelecimento de objetivos caracteriza a modalidade de educação “informal”, pois o ambiente em que o indivíduo vive, as relações que estabelece, e que fazem parte da vida social afetam e influenciam a educação e isto é inevitável.

Libâneo (1991) também reforça que é inevitável e necessário que o indivíduo se envolva com as práticas educativas, com os processos formativos, pois o fato de existir socialmente já faz com que esteja envolvido. Este envolvimento se faz necessário para que os indivíduos se tornem aptos a atuar no meio social, desenvolvendo suas capacidades físicas, espirituais e emocionais. Segundo o autor,

[...] a atividade educativa acontece nas mais variadas esferas da vida social (nas famílias, nos grupos sociais, nas instituições educacionais ou assistenciais, nas associações profissionais, sindicais e comunitárias, nas igrejas, nas empresas, nos meios de comunicação de massa, etc.) e assume diferentes formas de organização. A educação escolar constitui-se num sistema de instrução e ensino com propósitos intencionais, práticas sistematizadas e alto grau de organização, ligado intimamente às demais práticas sociais. (LIBÂNEO, 1991, p. 24).

A educação escolar é o parâmetro para considerar as outras modalidades de educação.

Ora, na sociedade atual pode-se perceber que já não é possível compreender a educação sem a escola porque a escola é a forma dominante e principal da educação. Assim para compreender as diferentes modalidades de educação, exige-se a compreensão da escola. Em contrapartida, a escola pode ser compreendida independentemente das demais modalidades de educação. (SAVIANI, 2000, p. 119)

O autor defende que na teoria da “Pedagogia Histórico Crítica”, está o empenho de defesa da especificidade da escola, pois esta tem uma função própria que é pedagógica, ligada ao conhecimento;

É preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar (SAVIANI, 2000, p. 114).

Para que a escola cumpra com seu papel precisa colocar a disposição das camadas populares conteúdos culturais mais representativos, historicamente acumulados. Saviani (2000) alerta para que o sentido da escola não seja invertido isto quer dizer, deixar os aspectos principais da escola em segundo plano e tratar apenas sobre as comemorações nas escolas, situações que chegam a tomar muito tempo das atividades educativas e em consequência disto fica a dúvida se houve aprendizado. A aprendizagem das Ciências, do Raciocínio Lógico e Matemático, da Língua Portuguesa e dos Conteúdos Históricos são elementos clássicos da escola e não se deve perder este foco.

O meio escolar deve ser um lugar que propicie determinadas condições que facilitem o crescimento, sem prejuízo dos contatos com o meio social externo. Há dois pressupostos: primeiro, é que a escola tem como finalidade inerente a transmissão do saber e, portanto, requer-se a sala de aula, o professor, o material de ensino, enfim, o conjunto das condições que garantam o acesso aos conteúdos; segundo, que a aprendizagem deve ser ativa e, para tanto, supõe-se um meio estimulante. (LIBÂNEO, 1989, p. 106).

Esta é a principal função da escola: formar cidadãos críticos e bem informados, em condições de compreender e atuar no mundo em que vive.

No contexto de uma sociedade democrática, a função da escola sintetiza-se na formação do cidadão em dupla dimensão: individual e social. Enquanto a primeira dimensão exige a assunção do homem como sujeito (autor, portador autônomo de vontade), a segunda assume a necessidade de convivência livre (entendida a liberdade como construção histórica) entre os sujeitos individuais e coletivos. (PARO, 2007a, p. 33-34)

Paro ressalta que a oferta de qualidade da educação deve referir-se à formação integral da personalidade do educando não exclusivamente a adquirir conhecimentos no sentido clássico. Isto quer dizer que se deve ter o cuidado em promover novos elementos, além dos conteúdos básicos, para a promoção de um educando como sujeito em potencial, com personalidade democrática.

A consciência das funções da escola, segundo Paro (2007), evidencia-se quando mais se atenta para o caráter histórico da educação, pois na medida em que a sociedade vai se desenvolvendo exige-se da escola funções novas para atender às reivindicações desta sociedade.

As chamadas “novas” funções da escola são necessárias e importantes não apenas porque os tempos mudaram, mas porque se supõe que a educação é formação do cidadão em sua integralidade, não apenas na dotação de informações. (PARO, 2007a, p. 39)

Sabe-se que a informação atualmente está presente em muitos meios de comunicação, conseqüência da globalização e da informatização e segundo Gadotti (2000), vivemos na era do conhecimento, na sociedade do conhecimento. Mas alerta,

Pode ser que, de fato, já se tenha ingressado na era do conhecimento, mesmo admitindo que grandes massas da população estejam excluídas dele. Todavia, o que se constata é a predominância da difusão de dados e informações e não de conhecimentos. Isso está sendo possível graças às *novas tecnologias* que estocam o conhecimento, de forma prática e acessível, em gigantescos volumes de informações, que são armazenadas inteligentemente, permitindo a pesquisa e o acesso de maneira muito simples, amigável e flexível. (GADOTTI, 2000, p. 7).

Contudo pode-se observar que as muitas informações pelos mais variados meios de comunicação como televisão, internet, podem acarretar num indivíduo passivo, acrítico, conformado com o que vê e lê.

A sociedade do conhecimento possui múltiplas oportunidades de aprendizagem: parcerias entre o público e o privado (família, empresa, associações, etc.); avaliações permanentes; debate público; autonomia da escola; generalização da inovação. As *conseqüências* para a escola e para a educação em geral são enormes: ensinar a pensar; saber comunicar-se; saber pesquisar; ter raciocínio lógico; fazer sínteses e elaborações teóricas; saber organizar o seu próprio trabalho; ter disciplina para o trabalho; ser independente e autônomo; saber articular o conhecimento com a prática; ser aprendiz autônomo e a distância. (GADOTTI, 2000, p. 8)

A função educativa da instituição escolar não deve ser minimizada, antes precisa atentar para o processo educacional, pois, estando num contexto carregado de conhecimentos,

[...] *cabe à escola*: amar o conhecimento como espaço de realização humana, de alegria e de contentamento cultural; selecionar e rever criticamente a informação; formular hipóteses; ser criativa e inventiva (innovar); ser provocadora de mensagens e não pura receptora; produzir, construir e reconstruir conhecimento elaborado. E mais: numa perspectiva emancipadora da educação, a escola tem que fazer tudo isso em favor dos excluídos, não discriminando o pobre. Ela não pode distribuir poder, mas pode construir e reconstruir conhecimentos, saber, que é poder. Numa perspectiva emancipadora da educação, a tecnologia contribui muito pouco para a emancipação dos excluídos se não for associada ao exercício da cidadania. (GADOTTI, 2000, p. 8).

Por isso a escola é considerada um pólo irradiador de cultura e conhecimento, e este conhecimento acumulado historicamente não deve ser desprezado e sim reelaborado segundo a realidade do aluno para que este possa agir sobre o mundo através da compreensão de sua existência.

CAPITULO 3 - A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

O que se pretende destacar neste capítulo é que a participação da família na escola vai além das reuniões que são marcadas para a discussão sobre rendimento escolar dos alunos. As discussões sobre questões relacionadas tanto no âmbito acadêmico como também as dificuldades que os pais enfrentam na educação dos filhos podem ter um momento de reflexão privilegiado no ambiente escolar e esta ação pode ser favorecida através de projetos que viabilizem parcerias entre família e escola.

Sabe-se que a família é “a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva” (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 22), e o conhecimento que é construído no ambiente familiar pode ser um elemento rico para ser trabalhado na escola, sendo que o professor se utilizará destes conhecimentos para introduzir os conhecimentos científicos.

Segundo Dessen e Polonia (2007), o contexto familiar pode ser colaborador para a aprendizagem formal do aluno, e para a escola esta colaboração é essencial.

É importante ressaltar que a família e a escola são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana que podem funcionar como propulsores ou inibidores dele. Estudar as relações em cada contexto e entre eles constitui fonte importante de informação, na medida em que permite identificar aspectos ou condições que geram conflitos e ruídos nas comunicações e, conseqüentemente, nos padrões de colaboração entre eles. (DESSEN; POLONIA, 2007, p. 27).

Segundo as autoras, a relação saudável entre pais e filhos permite uma adequação por parte dos indivíduos aos diversos ambientes pelo qual participam, dentre eles a instituição escolar. A escola não deve ignorar ou minimizar as experiências decorrentes de outros contextos e que influenciam expressivamente a aprendizagem formal do aluno.

Para que aconteça a participação da família na escola é necessário a construção de alternativas,

[...] pode-se pensar em uma integração dos pais com a escola, em que ambos se apropriem de uma concepção elaborada de educação que, por um lado, é um bem cultural para ambos e, por outro, pode favorecer a educação escolar e, *ipso facto*, reverter-se em benefício dos pais, na forma da melhoria da educação de seus filhos. (PARO, 2007b, p. 25).

Tanto escola quanto família precisam falar a mesma língua, ou seja, a escola precisa refletir nas constantes transformações que ocorreram nas famílias e na sua constituição, além das funções desempenhadas com relação à educação diferenciando o papel de cada uma.

Segundo Nogueira (2006), as relações entre famílias e a escola passaram por três processos de mudanças nesta relação: primeiro é o processo de aproximação,

A presença dos pais no recinto escolar e sua maior participação em determinadas atividades tornam-se mais comuns. Os contatos formais e informais se multiplicam e se diversificam. No cotidiano, os canais de comunicação parecem se ampliar para além da tradicional participação nas associações de pais e mestres e da presença em reuniões oficiais com professores. Hoje há palestras, cursos, jornadas e “festas da família”, a agenda escolar do aluno, os bilhetes, os contatos telefônicos, as conversas na entrada e na saída das aulas (NOGUEIRA, 2006, p. 11).

Um segundo processo segundo a mesma autora é o de “individualização da relação”, esta forma de relacionamento tem sido crescente, a conversa que pode ser agendada pelos pais para ter um momento de diálogo com os professores de seus filhos.

E um terceiro processo,

[...] refere-se à **redefinição dos papéis** ou, em outros termos, da divisão do trabalho educativo entre as duas partes. De um lado, a escola não se limita mais às tarefas voltadas para o desenvolvimento intelectual dos alunos, estendendo sua ação aos aspectos corporais, morais, emocionais do processo de desenvolvimento. De outro, a família passa a reivindicar o direito de interferir no terreno da aprendizagem e das questões de ordem pedagógica e disciplinar. (NOGUEIRA, 2006, p. 11).

Para a autora não há mais delimitações dos papéis entre as duas instancias educativas e isso se deve ao fato da escolarização da sociedade que está elevado, além das muitas informações sobre a educação de crianças e jovens disseminados pelo vários mecanismos de comunicação da sociedade. “Além disso, a difusão das idéias relativas aos direitos das crianças e dos pais, autoriza a família a cobrar da escola uma prestação de contas sobre o conteúdo e a natureza do ensino que oferece.” (NOGUEIRA, 2006, p. 12).

Mas existe outra realidade, no qual muitas são famílias carentes, com pouca instrução escolar e em condições materiais mínimas. Muitas famílias são compostas apenas por uma pessoa adulta, mães solteiras, separadas, por exemplo, acabam por desenvolver um sentimento de incapacidade principalmente na educação dos filhos, em ajudá-los nas atividades escolares que levam pra casa, a própria experiência escolar que não foi muito favorável, assim sentem-se incapazes para auxiliar os filhos com relação à aprendizagem.

E em muitos casos a escola não ajuda: a aceitação das mães pela escola é tanto maior quanto mais correspondem à mãe ideal presente no imaginário das educadoras: “pobre mais limpinha”, casada legalmente, colaboradora com a escola através da prestação de serviços e de contribuições em dinheiro, assídua nas reuniões da APM, “corpo docente oculto” que ensina e acompanha as lições escolares em casa e que, acima de tudo, não reclama ou reivindica. (PATTO, 1992, p. 119).

Segundo a referida autora, tanto professores quanto diretores “atribuem o baixo rendimento da escola à incapacidade dos alunos e ao desinteresse e desorganização de suas famílias” (PATTO, 1992, p. 117). Esta concepção dos professores com relação às famílias também pode barrar uma aproximação, pois não acreditam na competência dos pais. Rotulam as famílias a ponto de dificultar uma “visão crítica de sua condição social e os mergulham num discurso de auto-acusação” (PATTO, 1992, 117), isto é resultado de uma concepção fragmentada que os professores e diretores têm das famílias que compõem o corpo discente.

Para Carvalho (2004), o papel da família sobre o cuidado físico e emocional foi se reduzindo principalmente pela denominada “crise da família” no

qual incluem o divórcio, o estresse dos pais, a falta de tempo, mães que trabalham fora de casa e com isso tem sobrecarga de trabalho, e ainda as mães que são chefe de família; e como conseqüência a disciplina moral e social também se reduziu, assim exige-se da escola além do seu papel de instrução acadêmica os outros aspectos assistenciais à família.

Em recente reportagem publicada pelo Jornal de Londrina (16/08/2009), a redução do papel da família, pode ser constatada. Segundo a psicóloga Elsie Silva o fato de que nas classes econômicas mais favorecidas as crianças ficam cada vez mais aos cuidados de babás e das escolas, apresenta como conseqüência um aumento nas atitudes agressivas, tanto de crianças como de adolescentes, aos pais. A função de transmissão de afeto e de valores está sendo transferida, a família está se desobrigando desta função (PELEGRINO, 2009).

A psicóloga afirma ainda que os pais estão convivendo cada vez menos com os filhos, isso é percebido como um fenômeno mundial, haja vista que na Inglaterra os pais de classe alta estão passando 15 minutos por dia com os filhos. E a realidade de nossa cidade não é diferente, o que se percebe é que muitas crianças acabam indo pra casa, aproximadamente, entre nove e dez horas da noite, e retornam às sete da manhã do outro dia, praticamente retornam pra casa apenas para pernoitar.

Parece razoável esperar que os pais/mães sejam parceiros, aliados das professoras, pois desejam o melhor para seus filhos/as – neste caso, o sucesso escolar. Porém, isso supõe certas condições (tempo, valorização da escola, interesse acadêmico, familiaridade com as matérias escolares e habilidades para ensinar o dever de casa, por exemplo), de que nem todas as famílias e nem todos os adultos responsáveis pro crianças dispõem. (CARVALHO, 2004, p. 53).

A disposição de tempo se faz necessário, é preciso dispor de tempo para trabalhar a qualidade da relação, para acompanhar a rotina do filho, para transmitir os valores morais, para dar afeto. Esses cuidados contribuem para uma convivência comunitária mais saudável das crianças e dos adolescentes, sendo que o diálogo é imprescindível, tanto entre pais e filhos quanto entre pais e professores, pois dentre muitos fatores que dificultam a aproximação entre pais e

escola/professores, se encontra na postura dos professores que mantêm um contato distante e rígido. (DESSEN; POLONIA, 2005).

Também contribui para o distanciamento a concepção de diretores e professores que acham que os pais nada podem contribuir para o currículo escolar, e que somente estando presentes nas reuniões bimestrais para entrega de boletins é o suficiente, além da estrutura escolar que muitas escolas ainda utilizam com reuniões no qual os pais só ouvem reclamações sobre seus filhos, frustrando e favorecendo a não participação da família.

Mas existem fatores positivos, principalmente,

[...] quando os professores consideram os pais como parceiros, eles desenvolvem estratégias de acompanhamento e auxílio sistemático aos filhos, promovendo uma melhor interação entre os vários níveis curriculares, o que possibilita, ao aluno, usar todo o seu potencial. (LAUREAU, 1987 apud DESSEN; POLONIA, 2005, p. 8)

Reconhecer a família como um aliado na educação formal é o primeiro passo para uma cultura de participação.

Diante disso, a participação ativa dos pais na educação dos filhos tanto em casa como na escola é um dever, sendo que os pais,

[...] devem envolver-se nas tomadas de decisão e em atividades voluntárias, sejam esporádicas ou permanentes, dependendo de sua disponibilidade. No entanto, cada escola, em conjunto com os pais, deve encontrar formas peculiares de relacionamento que sejam compatíveis com a realidade de pais, professores, alunos e direção, a fim de tornar este espaço físico e psicológico um fator de crescimento e de real envolvimento entre todos os segmentos. (DESSEN; POLONIA, 2005, p. 7).

As autoras destacam que no tipo de envolvimento entre família e escola, o importante é ter em mente a qualidade dos relacionamentos e não a quantidade. E nesta perspectiva a responsabilidade dos professores está na comunicação clara, simples e acessível aos pais.

[...] percebam que o sucesso da parceria pais-professores está interligado à compreensão das diferentes questões que os envolvem na ação educativa, com respeito ao aluno e sua história escolar, considerem que pais e educadores têm uma relativa igualdade no impacto sobre a criança, compreendam que pais e educadores devem ser honestos uns com os outros e aprendam a se adaptar uns aos outros e a concentrar o seu investimento sobre a criança. Todos estes aspectos são relevantes quando visam o seu bem estar e seu desenvolvimento. (DESSEN; POLONIA, 2005, p. 9).

O relacionamento que pais e escolas mantêm entre si dependem, sobretudo, das percepções que cada um desses segmentos tem de si próprio e do outro. O reconhecimento das diferenças de cada um,

[...] possibilitaria implementar estratégias apropriadas e fornecer orientações específicas para cada um, observando-se as características culturais, os papéis e a disponibilidade efetiva para concretizar as atividades conjuntas. (DESSEN; POLONIA, 2005, p. 9).

Há uma necessidade de planejar ações que assegurem as parcerias entre escola e família, além de buscar objetivos comuns e modos de resolver os desafios enfrentados pela sociedade e a pela escola.

Segundo Dessen e Polonia (2007), essas ações fazem com que os pais acompanhem de perto as atividades curriculares da escola, e ambos são beneficiados. Um exemplo que ilustra um pouco a aproximação dos pais com os filhos foi relatado por Paro (2007b) referente à experiência de uma professora.

Preocupada com a grande carência afetiva identificada entre seus alunos de cinco anos de idade, provocada pelo pouco período diário de convivência das crianças com seus pais, essa professora não se contentou em recomendar aos pais uma maior aproximação com seus filhos, dando-lhes atenção e afeto em seu dia a dia. Em vez disso, concebeu e pôs em execução um sistema de lições de casa passadas aos alunos, que exigiam, para serem realizadas, o obrigatório envolvimento dos pais. Isto lhe possibilitou não apenas aumentar o tempo de contato dos pais com os filhos, provocando uma maior aproximação entre eles, mas também mostrar aos pais a melhora do desempenho dos alunos e familiarizá-los com um novo tipo de relação pedagógica. (PARO, 2007b, p. 69-70).

Neste relato pode-se observar que com medidas simples é possível obter resultados positivos de importância considerável nas relações entre familiares

e também na compreensão dos objetivos das atividades escolares, os professores juntamente com a coordenação pedagógica (pedagogo) e a direção da escola são os profissionais que podem estimular a participação dos pais na vida escolar dos alunos, esta é uma das estratégias de aproximação para que os pais se conscientizem da importância de sua participação na vida escolar dos filhos, para isso idealiza-se criar espaços de socialização e fortalecimento da família.

Paro (2007b), identificou em sua pesquisa que para a direção escolar, o interesse na participação da família na escola está em duas dimensões:

[...] de direito dos usuários a um serviço público, e da necessidade da escola de contar com sua colaboração para desenvolver bem suas funções. E, quando se fala em colaboração, não se está interessado em sua ajuda pecuniária ou de serviços à escola, mas sim, em sua atitude de abertura e de apoio aos filhos nos estudos. (PARO, 2007b, p. 106)

A atuação junto às famílias faz parte dos objetivos educativos, pois, os alunos que freqüentam a escola trazem consigo muitas experiências familiares que precisam ser levadas em conta, sendo que estas experiências podem ser positivas ou negativas como, por exemplo, o alcoolismo, violência, pais separados, etc. e cabe ao profissional da educação identificá-las e promover ações para contribuir com desempenho social, afetivo e educativo dos educandos e para a superação das dificuldades que surgem na sala de aula ou em casa. Sabe-se que dependendo dos problemas que surgirem, a escola deverá buscar auxílio com outros profissionais tais como os psicólogos, assistentes sociais por exemplo.

Uma dimensão importante da participação dos pais na escola, seja integrando o conselho de escola ou APM, seja tomando parte de outras atividades, como o grupo de formação de pais, é a da atenção que se deveria ter para com os motivos dessa participação, procurando saber qual o ponto de vista dos usuários a respeito. (PARO, 2007b, p. 120)

Nesse sentido é que os encontros devem se focalizar na troca de informações e na confiança que os pais precisam ter na função da escola para que a partir desse ponto possam elaborar de forma conjunta uma solução, e que não se resume somente em períodos de fechamento de notas, mas no decorrer de todo o ano.

Para que estes encontros ocorram é importante à compreensão da função exercida pela A. P. M, denominação que hoje é chamada por APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários).

Segundo Pereira, (1990) a APM (Associação de Pais e Mestres), “como associação legítima, representativa e democrática funciona como avalista do direito de participar, desejar, criticar, criar e reinventar a educação” (PEREIRA, 1990, p. 21).

Apesar de que em muitas escolas a APM em seu trabalho fica restrito em comemoração de datas cívicas, em promover festas para arrecadação de fundos, e também em alguns casos no atendimento aos alunos carentes, num sentido filantrópico, que são ações benéficas, mas não se deve restringir somente a estas ações. Dentre as muitas tarefas que cabem a APM, uma delas está em

[...] repensar a educação informal com a comunidade recriando espaço para: escola de pais, movimento de preservação da vida e da natureza, grupos de jovens e de casais, grupos culturais (de arte, folclore, cinema, teatro, etc.); [...] criar mecanismos de comunicação entre a escola e a comunidade, entre pais e filhos, entre educadores e educandos, através de jornal, mural, quadros de avisos, circulares e teatro crítico que retrate a vida da escola e da comunidade; (PEREIRA, 1990, p. 23).

Segundo Pereira (1990), os agentes da educação, ou seja, professores, pais, alunos, funcionários e a direção, criam um novo impulso para a educação, refletindo constantemente sobre seus ideais. Os espaços dentro da escola que são conquistados pela comunidade são um local pelo qual se efetivam as idéias, os saberes da comunidade. Para que isso aconteça é necessário, que a educação não esteja concentrada nas mãos de uma minoria que determinam regras para muitos seguirem.

Segundo Paro (2007b), a conquista do diálogo foi presenciado em sua pesquisa num programa denominado “grupo de formação de pai”. Um programa que

[...] consiste em reunir os pais e mães de alunos mensalmente para discutir temas diversos, ligados à educação de filhos (adolescência, sexo, televisão, drogas, etc.) e não problemas específicos da escola, o que já é feito nas reuniões de conselho de escola, APM etc. (PARO, 2007b, p. 113-114).

E conforme observado em sua pesquisa, a participação dos pais é ativa, eles tem liberdade para expressar suas opiniões, e as reuniões são bem planejadas pelas coordenadoras que demonstram seriedade na organização dos encontros além do respeito que tem por parte dos participantes.

O que se constata é que a iniciativa do grupo de formação de pais constitui maneira pouco usual de atrair os pais à escola para discutir com eles assuntos relacionados não apenas à vida da escola, mas também ao relacionamento com os estudantes em casa. O aspecto de maior interesse para potenciais reproduções da medida em outras escolas parece ser o caráter francamente dialógico das relações entre os profissionais da escola e o grupo de pais que comparecem às reuniões. Há uma atitude de completo respeito aos pais e mães por parte das educadoras que os recebem. Estas se utilizam de sua capacidade profissional para derrubar barreiras de constrangimento. De timidez e de insegurança, por meio de recursos de dinâmica de grupo que buscam a participação ativa das pessoas nas reuniões. (PARO, 2007b, p. 116)

Com estas ações os pais acabam por dar crédito à escola, valorizando o trabalho ali desenvolvido, e aumentando o interesse pela educação escolar dos filhos.

Atualmente em algumas instituições educacionais se tem adotado um projeto de “Escola de Pais” com os mesmos princípios do grupo de formação de pais pesquisado por Paro (2007b). O objetivo é auxiliar os pais na educação dos filhos; os eventos acontecem periodicamente e se realizam através de palestras, abordando temas pertinentes à educação de filhos, relacionamentos, valores, cidadania, um espaço criado para debates, troca de experiências, diálogo.

Com esta prática democrática pode-se contribuir para o desenvolvimento do ser humano, para a autonomia, para a comunicação e participação entre os sujeitos e além de tudo visando à qualidade da educação.

Portanto, o pedagogo como líder no processo democrático, é a pessoa que assume o compromisso de conduzir e estimular seus pares a refletirem sobre as atitudes e valores, para a busca de mudanças, promovendo a participação, o compartilhamento de responsabilidades, à definição de objetivos e estratégias, melhorando assim a dinâmica da comunidade escolar através da participação ativa de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o trabalho realizado pode-se ressaltar que o resgate histórico sobre a família foi um estudo importante, pois possibilitou a compreensão sobre o processo de mudanças que a instituição familiar sofre e proporciona à realidade. Esta reflexão é necessária para que os profissionais da educação busquem entender o contexto familiar, sua configuração e assim valorizar as experiências que os alunos trazem consigo para, a partir disso, inserir o conhecimento sistematizado de uma forma que complemente a vivência dos alunos.

A escola tem como principal função formar cidadãos críticos e bem informados com condições para compreender e atuar na sociedade em que vive. Para que isso aconteça, a parceria entre escola e família é importante, principalmente quando ambos se apropriarem de um mesmo ponto de vista sobre a educação, o que pode favorecer em melhoria na educação escolar e para os pais na educação dos filhos. É importante ressaltar que a função educativa da família não deve ser transferida para outras instâncias da sociedade, funções como: afeto, transmissão de valores, diálogo, embora o que pôde ser detectado neste trabalho é que a família está se desobrigando destas funções.

Portanto, os espaços oferecidos pela escola para a participação da comunidade são momentos de troca de saberes, momentos de liberdade para expressão das opiniões, no qual se detecta respeito mútuo, auxiliando no desenvolvimento humano, na construção da autonomia de todos os envolvidos no processo educativo. A proposta de “Escola de Pais” tem este objetivo, primordialmente no auxílio aos pais na educação dos filhos, trazendo informações sobre o desenvolvimento das crianças, disciplina, afeto e outros temas que possam surgir nos encontros, sendo o pedagogo é o intermediário nesta relação, mediador e criador de estratégias para a participação ativa de todos.

Concluindo, esta pesquisa foi muito valiosa para a minha formação profissional, possibilitou o esclarecer de algumas dúvidas com relação à função da escola, pois, durante quatro anos de curso muito se ouve sobre escola, seu surgimento, sua história, mas quando foi necessário escrever sobre a função da instituição escolar, confesso que realmente eu não sabia, ou então não me lembrava

qual era sua função. E neste momento faço menção a um poema de Paulo Freire, Escola é

[...] o lugar que se faz amigos. Não se trata só de prédios, salas, quadros, Programas, horários, conceitos [...]. Escola é sobretudo, gente. Gente que trabalha, que estuda, Que alegre, se conhece, se estima. O Diretor é gente, O coordenador é gente, O professor é gente, O aluno é gente, Cada funcionário é gente. E a escola será cada vez melhor Na medida em que cada um se comporte Como colega, amigo, irmão. Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados” Nada de conviver com as pessoas e depois, Descobrir que não tem amizade a ninguém. Nada de ser como tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, É criar ambiente de camaradagem, É conviver, é se “amarrar nela”! Ora é lógico... Numa escola assim vai ser fácil! Estudar, trabalhar, crescer, Fazer amigos, educar-se, ser feliz. É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo”. (Paulo Freire).

Acredito que este poema resume todas as discussões apresentadas neste trabalho, com relação ao diálogo, a importância de todas as pessoas envolvidas no processo educacional, a prática democrática na escola, além de retomar um conceito muito interessante para os que ainda estão em formação: as informações repassadas em sala são um início, mas como pesquisadores/alunos/estudantes é preciso ler, pesquisar, estar sempre informado sobre as constantes mudanças na sociedade, nas relações humanas, na educação, realizando constantes reflexões para então se posicionar em defesa da profissão do Pedagogo e do Professor.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Caderno de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, 2004.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.17, n. 36, p. 21-32, 2007.

_____. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 303-312, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://scielo.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572005000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2009

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do estado**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GADOTTI, MOACIR. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 03-11, abr./jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jul. 2009.

GARCIA, Regina Leite. Síntese das anotações dos especialistas no encontro com a professora Regina L. Garcia. In: _____. **O papel do especialista na escola atual**; Itajaí: Secretaria Municipal de Educação, 1995. Palestra.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos., 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991. (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

_____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992. (Magistério, 2º grau. Série Formação Geral).

NASCIMENTO, Arlindo de Mello. **População e família brasileira**: ontem e hoje. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambú. **Anais...** Caxambú, set. 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_476.pdf> Acesso em: 19 mar. 2009.

NOGUEIRA, Maria Alice. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 31, n.2, p. 155-169, 2006. Disponível em:

<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/6850>>. Acesso em: 19 mar. 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007a.

_____. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2007b.

PATTO, Maria Helena Souza. **A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro**. Psicologia USP, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 107-121, 1992.

PELEGRINO, Erika. **Sem tempo, pais terceirizam afeto e cuidados com os filhos**. Jornal de Londrina, Londrina, 16 ago. 2009. p. 4.

PEREIRA, William Cesar Castilho. **Associação de pais e mestres: uma experiência viva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

PÔSTER, Mark. **Teoria Crítica da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia. **Psicologia social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 99-123.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 40).